

A PROPOSTA DE DEMOCRACIA AGONÍSTICA DE CHANTAL MOUFFE E A QUESTÃO DO CONFLITO: UM DIÁLOGO COM JEREMY WALDRON

Tailine Hijaz¹

Resumo: Nas últimas décadas, Chantal Mouffe vem apresentando a sua potente proposta de radicalização da democracia a partir de uma perspectiva agonística plural e adversarial. Argumenta-se que, embora o projeto teórico de Mouffe, ainda em construção, possua algumas lacunas normativas, sobretudo no que diz respeito ao conflito, ele não deve ser rejeitado. Com o artigo que se apresenta a seguir, busca-se apresentar contribuições normativas de Jeremy Waldron para o projeto de Mouffe. Na primeira parte do texto, objetiva-se apresentar os principais aspectos da democracia radical proposta por Chantal Mouffe. Na segunda parte, busca-se apontar algumas das possíveis lacunas normativas desse projeto teórico, principalmente no que diz respeito à questão do conflito. Na terceira parte do texto, pretende-se apresentar algumas possíveis contribuições normativas de Jeremy Waldron para o projeto de Mouffe. Trata-se de uma tentativa de demonstrar que esses autores compartilham alguns pressupostos teóricos muito importantes, como a inerradicabilidade do conflito, a ênfase no poder legislativo enquanto representante da pluralidade de concepções sociais em conflito ou desacordo e a possibilidade de “domesticar” esses conflitos no âmbito institucional, entre outros aspectos. Em síntese, conclui-se que a proposta de Mouffe alcança mais solidez se considerar as concepções teóricas normativas de Waldron, sobretudo os princípios que ele estabelece para nortear o legislativo, embora esse projeto esteja longe de esgotar as possibilidades de uma democracia agonística.

Palavras-chave: democracia agonística; democracia radical; Chantal Mouffe; conflito; Jeremy Waldron.

Abstract: In recent decades, Chantal Mouffe has been presenting her powerful proposal for the radicalization of democracy from a plural and adversarial agonistic perspective. It is argued that, although Mouffe's theoretical project, still under construction, has some normative gaps, especially with regard to conflict, it should not be rejected. The article presented below seeks to present normative contributions by Jeremy Waldron to Mouffe's project. In the first part of the text, the objective is to present the main aspects of the radical democracy proposed by Chantal Mouffe. In the second part, we seek to point out some of the possible normative gaps in this theoretical project, especially with regard to the issue

¹ Mestranda em Direito e graduanda em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Procuradora do Estado do Paraná. E-mail: tailinehijaz@hotmail.com

of conflict. In the third part of the text, we intend to present some possible normative contributions of Jeremy Waldron to Mouffe's project. It is an attempt to demonstrate that these authors share some very important theoretical assumptions, such as the ineradicability of conflict, the emphasis on the legislative power as a representative of the plurality of social conceptions in conflict or disagreement, and the possibility of "domesticate" these conflicts in the institutional scope, among other aspects. In summary, it is concluded that Mouffe's proposal achieves more solidity if it considers Waldron's normative theoretical conceptions, especially the principles he establishes to guide the legislature, although this project is far from exhausting the possibilities of an agonistic democracy.

Keywords: agonistic democracy; radical democracy; Chantal Mouffe; conflict; Jeremy Waldron.

1. Introdução

The Return of de Political foi publicado por Chantal Mouffe em 1993. Nesse livro, de modo geral, a autora destaca a inerradicabilidade do conflito político, bem como enuncia a sua potente proposta de radicalização da democracia a partir de uma perspectiva agonística plural e adversarial. Em trabalhos posteriores, como *The Democratic Paradox* (2000), *On the Political* (2005), *Agonistics* (2013) e, mais recentemente, *For a Left Populism* (2018), Mouffe aperfeiçoa aspectos centrais do seu projeto e continua refletindo criticamente sobre as democracias contemporâneas.

Diante desse contexto, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir a proposta de democracia radical agonística e plural de Mouffe. Entre outros aspectos, na primeira parte do trabalho, pretende-se destacar que, para essa concepção de democracia, o conflito é inerradicável ao político; que novas hegemonias sempre são possíveis, diante do espaço vazio de poder e do caráter precário e provisório de toda ordem; e que a dimensão afetiva é essencial numa concepção agonística de confronto.

Na segunda parte do trabalho, com apoio na literatura secundária, busca-se apontar algumas das possíveis lacunas normativas dessa proposta, sobretudo no que diz

respeito à questão do conflito. O intuito central de transformar antagonismos em agonismos pode ser analisado sob duas perspectivas, pelo menos: da primeira, adotada por Miguel (2017), busca-se argumentar que, quando Mouffe parte de pressupostos schmittianos, seu projeto teórico de democracia plural fica comprometido, em virtude da impossibilidade de transformar antagonismos em agonismos; da segunda perspectiva de análise, adotada por Mendonça (2010), pretende-se apontar que a proposta mouffiana se mantém, mas parece incompleta. Quer dizer, a autora parece enunciar um modelo normativo, mas não o desenvolve, principalmente no que diz respeito à pretensa transformação de inimigos em adversários.

Partindo dessa segunda perspectiva, na terceira parte do trabalho, pretende-se apresentar algumas possíveis contribuições normativas de Jeremy Waldron para o projeto de Mouffe. Trata-se de uma tentativa de demonstrar que eles compartilham alguns pressupostos teóricos muito importantes, como a inerradicabilidade do conflito, a ênfase no poder legislativo enquanto representante da pluralidade de concepções sociais em conflito ou desacordo e a possibilidade de “domesticar” esses conflitos no âmbito institucional, entre outros aspectos.

A metodologia empregada para a confecção do texto pautou-se na leitura das principais obras de Chantal Mouffe – como *The Return of de Political* (1993), *The Democratic Paradox* (2000), *On the Political* (2005), *Agonistics* (2013) e *For a Left Populism* (2018) -, e de Jeremy Waldron – sobretudo as que tratam mais diretamente do objeto de estudo, como *Law and Disagreement* (1999) e *Political Political Theory* (2016), mas também se utilizou literatura secundária. Tais elementos serviram de suporte para as reflexões formuladas sobre o tema investigado.

2. A democracia radical: notas sobre a perspectiva agonística, plural e adversarial proposta por Chantal Mouffe

A proposta de Chantal Mouffe considera as questões políticas a partir de duas dimensões: a autora distingue “a política” (“*the politics*” ou “*la politique*”) do “político” (“*the political*” ou “*le politique*”). A “política” se refere ao nível “ôntico” e é o conjunto de práticas, discursos e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo *político* (MOUFFE, 2015, p. 7²; MOUFFE, 2000, p. 101). Assim, a abordagem da *ciência política*, por exemplo, envolve o campo empírico da política e trata das práticas da política (MOUFFE, 2015, p. 7).

Porém, é a falta de compreensão do “político”, em sua dimensão ontológica, que está na origem da atual incapacidade de *pensar* politicamente (MOUFFE, 2015, p. 7-8). A abordagem da *teoria política* não envolve o estudo dos fatos da política, mas da essência do político, em que se situa o antagonismo (MOUFFE, 2015, p. 7-8). O antagonismo “pode assumir muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais” (MOUFFE, 2000, p. 101). Em outras palavras, o político se refere à forma em que a sociedade é fundada; trata-se da dimensão de antagonismo que considera constitutiva das sociedades humanas (MOUFFE, 2015, p. 7-8).

Segundo a autora, a principal deficiência das teorias liberais, no campo político, consiste na negação do caráter inerradicável do antagonismo. Entre os liberais, salvo algumas exceções³, há uma abordagem racionalista e individualista que impede o

² O livro *On the Political* foi escrito em 2005. Para o presente texto, entretanto, utiliza-se a versão traduzida para o português, de 2015.

³ Segundo a autora, “Liberalismo, tal como o interpreto no presente contexto, refere-se a um discurso filosófico com inúmeras variáveis, unidas não por uma essência comum, mas por uma infinidade de ‘semelhanças de família’, nas palavras de Wittgenstein. Existem, na verdade, inúmeros liberalismos, alguns mais progressistas que outros; porém, salvo raras exceções (Isaiah

reconhecimento da natureza das identidades coletivas (MOUFFE, 2015, p. 9): “é a incapacidade do pensamento liberal para compreender a sua natureza e o caráter irreduzível do antagonismo que explicam a impotência da maioria dos teorizadores políticos na situação atual” (MOUFFE, 1993, p. 1). Essa abordagem é incapaz de compreender a essência pluralista do mundo social e os conflitos que o pluralismo acarreta - para os quais jamais poderá existir qualquer solução racional (MOUFFE, 1993, p. 1; MOUFFE, 2015, p. 9).

Para tentar afastar essa concepção, Mouffe busca elementos teóricos no pensamento de Carl Schmitt, que elaborou a objeção mais radical ao liberalismo. Parece uma escolha inusitada, mas, como a autora explica, “é a força intelectual dos teóricos, e não seus atributos morais, que deve ser o critério determinante para decidir se é necessário estabelecer um diálogo com sua obra” (2015, p. 4). Além disso, Mouffe parte de Schmitt, mas, em determinado ponto, ela fica *contra* ele: “Meu objetivo é pensar com Schmitt, contra Schmitt, e usar seus *insights* para fortalecer a democracia liberal contra suas críticas” (MOUFFE, 1993, p. 2)⁴.

Na obra *O conceito do político*, Schmitt defende que o princípio liberal é incompatível com uma concepção política. Para ele, o individualismo, característico das teorias liberais, precisa negar o político para, por outro lado, afirmar o indivíduo – que é o “*terminus a quo e terminus ad quem*” (SCHMITT, 2018, p. 124). Nessa obra, pode-se extrair a

Berlin, Joseph Raz, John Gray e Michael Walzer, entre outros), a tendência predominante no pensamento liberal se caracteriza por uma abordagem racionalista e individualista que impede o reconhecimento da natureza das identidades coletivas” (MOUFFE, 2015, p. 9).

⁴ Há até um artigo da autora intitulado “Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt”. Esse artigo foi publicado pela primeira vez em 1992, isto é, antes de *The Return of the Political*. Foi publicado em português em 1994. MOUFFE, Chantal. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Trad. Menelick de Carvalho Neto. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 1, n. 2, 1994. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/353>. Acesso em: 9 jul. 2021.

seguinte problemática: “(...) a questão é se a partir do conceito puro e consequente do liberalismo individualista pode ser adquirida uma ideia especificamente política. Isso não pode deixar de ser negado” (SCHMITT, 2018, p. 122-123).

Segundo Schmitt, “a diferenciação especificamente política, a qual se podem reconduzir as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo” (SCHMITT, 2018, p. 50-51). Ainda: “o fenômeno do político só pode se conceber através da referência à possibilidade real do agrupamento amigo-inimigo, independentemente do que daí se segue para a valoração religiosa, moral, estética, econômica do político” (SCHMITT, 2018, p. 67).

De acordo com Schmitt, pode-se dizer que o político, a partir da lógica de “nós” contra “eles”, e de “amigo” e “inimigo”, está sempre vinculado a alguma coletividade, isto é, a formas coletivas de identificação numa dimensão antagonista. Essa constatação afasta a possibilidade de um consenso racional.

Para Mouffe, além do individualismo, boa parte dos liberais defende a ideia de racionalismo e de consenso universal baseado na razão (MOUFFE, 2015, p. 11). A autora considera que, para manter o discurso coerente, essa corrente liberal precisa negar o antagonismo que é intrínseco ao político. E, segundo ela, “sua cegueira frente ao político em sua dimensão antagonística não é, portanto, mera omissão empírica, mas uma omissão constitutiva” (MOUFFE, 2015, p. 11).

Outro ponto fundamental articulado por Schmitt, e que Mouffe também adota, é no sentido de que, embora exista um projeto liberal que pretende *aniquilar* o político, essa tentativa está fadada ao fracasso. Segundo Schmitt, “cada contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou outra transforma-se numa contraposição política quando é suficientemente forte para agrupar efetivamente os homens segundo amigo e inimigo (...)” (SCHMITT, 2018, p. 69). O antagonismo não está apenas vinculado à política; desde que se

forme a dicotomia “amigo” *versus* “inimigo”, seja na religião, na economia, em qualquer esfera social, então o antagonismo também tem o potencial para se estabelecer.

Mouffe tem razão ao apontar a sagacidade de Schmitt quando afirma que *tudo* pode ser tornar político e, assim, antagônico, desde que reúna força suficiente para mobilizar grupos de amigos e inimigos. Ao contrário do que teóricos liberais defendem – a autora lança o exemplo de Habermas -, esse *insight* de Schmitt é fundamental, não para ignorar o político, mas para repensar os objetivos da política democrática (MOUFFE, 2015, p. 12-13).

Em outras palavras, para Mouffe, não se deve superar a oposição nós/eles, mas formular essa distinção de forma compatível com o pluralismo. Nesse ponto, a autora *deixa* Schmitt e apresenta o conceito de exterioridade constitutiva⁵: “Se aceitarmos que todas as identidades são relacionais e que a condição de existência de qualquer identidade é a afirmação de uma diferença, determinação de um ‘outro’ que desempenhará o papel de ‘elemento externo constitutivo’, torna-se possível compreender a forma como surgem os antagonismos” (MOUFFE, 1993, p. 2). E ainda: “a solução autoritária não é uma consequência lógica necessária de tal postulado ontológico; (...) ao distinguir entre ‘antagonismo’ e ‘agonismo’, é possível visualizar uma forma de democracia que não nega a negatividade radical” (MOUFFE, 2013, p. 8).

De acordo com Kozicki, o exterior constitutivo se constitui por meio de uma radical diferença: “A maneira pela qual essa radical diferença se manifesta só pode ser encontrada através de uma cadeia de equivalências, a qual subverte o caráter diferencial das identidades discursivas” (KOZICKI, 2000, p. 137). Escapa dos limites desse texto

⁵ Segundo Mouffe: “Este termo foi originalmente proposto por Henry Staten para se referir a uma série de temas desenvolvidos por Jacques Derrida por meio de noções como ‘supplement’, ‘trace’ e ‘difference’” (MOUFFE, 2013, p. 16).

discutir o conceito com mais cuidado, mas é importante destacar que ele é fundamental para a tese de Mouffe no sentido de que, para existir um *nós*, é preciso existir um *eles*.

Conforme antecipou Schmitt, o antagonismo sempre é uma possibilidade, mas - e aqui se insere a proposta de Mouffe - essa é só uma forma possível de nós/eles. É dizer, para a autora, se o antagonismo é uma possibilidade, então outros métodos políticos de construção do nós/eles também são. Para fundamentar essa afirmação, a autora retoma o conceito de hegemonia.

Laclau e Mouffe elaboraram a definição de hegemonia em *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Essa obra foi publicada na década de 80, mas as suas reflexões são relevantes para o contexto atual e também são retomadas por Mouffe em trabalhos mais recentes⁶. No prefácio à segunda edição, lançada em 2000, os autores comentam que “dada a magnitude dessas mudanças notáveis [após a publicação], surpreendemo-nos, ao folhear novamente as páginas deste livro não tão recente, ao ver quão pouco precisamos questionar a perspectiva intelectual e política aqui elaborada” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 33-34). Eles destacam que “a maior parte do que aconteceu desde então seguiu de perto o modelo sugerido no livro, e aquelas questões que eram centrais às nossas preocupações naquele momento tornaram-se ainda mais proeminentes nas discussões contemporâneas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 34).

Nessa obra, Laclau e Mouffe defendem que não há uma reconciliação final e uma situação definitiva na política, bem como que é preciso reconhecer a dimensão de irredutibilidade que permeia toda a ordem (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 46). Os autores se referem ao conceito de contingência, que se relaciona à hegemonia. Segundo eles, todos os tipos de ordem social têm caráter hegemônico e a sociedade resulta da constituição de

⁶ *Hegemony and Socialist Strategy* foi escrito em 1985. Para o presente texto, entretanto, utiliza-se a versão traduzida para o português, de 2015.

práticas que tentam estabilizar a ordem num contexto de contingência. Ou seja, “É vital à política democrática reconhecer que toda forma de consenso é o resultado de uma articulação hegemônica, a qual sempre tem um ‘exterior’ que impede a sua plena realização” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 46).

Em outras palavras, uma ordem pressupõe a exclusão de outra possibilidade porque sempre é possível que as coisas sejam diferentes: “Toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas contingentes” (MOUFFE, 2015, p. 17). Além disso, uma ordem política expressa a estrutura específica de relações de poder. E, nessa linha, o poder é constitutivo do social, que não pode existir sem relações de poder pelos quais assume forma (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Conforme registram Laclau e Mouffe, na atualidade há uma crença de que não há alternativa possível à ordem econômica, por exemplo. A ordem econômica atual é assumida “como a única factível – como se o reconhecimento do caráter ilusório de uma ruptura total com a economia de mercado necessariamente esvaziasse a possibilidade de diferentes modelos de regulação das forças de mercado, e significasse que não existe alternativa a uma aceitação total de sua lógica” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 44).

Com apoio nas reflexões de Mouffe e Laclau, Kozicki sustenta que “através da criação de uma lógica de equivalência que permita a identificação dos diversos indivíduos e grupos da sociedade com causas e lutas verdadeiramente democráticas, seria possível chegar a compromissos políticos, ainda que os mesmos possam ser sempre revistos” (KOZICKI, 2000, p. 140). Para Mouffe, é preciso reconhecer que sempre há relações de poder e que elas podem ser transformadas por meio da criação de lógicas de equivalência entre indivíduos que se identificam, “renunciando à ilusão de que poderíamos nos libertar completamente do poder - isso é específico do projeto que chamamos de 'democracia radical e plural'” (MOUFFE, 2000, p. 22).

Um dos principais objetivos da política democrática, nesse sentido, é *neutralizar* o antagonismo potencial que existe nas relações sociais: “é apenas quando reconhecemos a dimensão do ‘político’ e compreendemos que a ‘política’ consiste em domesticar a hostilidade e tentar neutralizar o potencial antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos propor o que considero ser a questão central para a política democrática” (MOUFFE, 2000, p. 101). Segundo Mouffe, “a questão crucial é estabelecer essa discriminação nós/eles de uma forma que seja compatível com a democracia pluralista” (MOUFFE, 2000, p. 101).

Repita-se: para a autora, como não é possível evitar o nós/eles, então é necessário elaborar esse conflito de forma diferente: “Depois de aceitarmos a necessidade do político e a impossibilidade de um mundo sem antagonismos, o que será necessário encarar é a forma como, *nessas condições*, poderemos criar ou manter uma ordem democrática pluralista” (MOUFFE, 1993, p. 4). Essa ordem se baseia na distinção entre “inimigo” e “adversário” (MOUFFE, 1993, p. 4).

Segundo adverte Mouffe, “para ser aceito como legítimo, o conflito precisa assumir uma forma que não destrua o ente político; (...) é preciso existir algum tipo de vínculo comum entre as partes em conflito, para que elas não tratem seus oponentes como inimigos que devem ser erradicados” (MOUFFE, 2015, p. 19), mas como adversários. Por outro lado, não se deve tratar os adversários como meros concorrentes, segundo a noção liberal, porque, assim, elimina-se totalmente a dimensão antagonista e recai-se na linha liberal do consenso racional (MOUFFE, 2000, p. 102). Em outras palavras: “A categoria de ‘inimigo’ não desaparece, mas é deslocada; continua a ser pertinente em relação àqueles que não aceitam as ‘regras do jogo’ democrático e que, dessa forma, se excluem a si próprios da comunidade política” (MOUFFE, 1993, p. 4).

A autora propõe o modelo “agonista” de democracia: “o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são adversários, não inimigos” (MOUFFE, 2015, p. 19). E ainda: “visto da perspectiva do ‘pluralismo agonístico’, o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 2000, p. 103).

Partindo dessas premissas, Mouffe propõe a radicalização da democracia, o confronto agonístico e o modelo adversarial, que devem ser constitutivos da política democrática. A hipótese é a de que, se exercido esse modelo adversarial a partir de canais políticos legítimos, “para que as vozes discordantes se manifestem, a probabilidade de surgirem conflitos antagonísticos é menor” (MOUFFE, 2015, p. 20; MOUFFE, 1993, p. 6).

Em outras palavras, a ausência de confronto agonístico dá margem para o surgimento de outras coletividades que, muitas vezes, não compartilham nem mesmo dos ideais mínimos que sustentam a democracia. Segundo Mouffe, a ênfase no consenso racional fez com que se ignorasse a dimensão afetiva e de identificação que existe na política democrática. É dizer, “para agir politicamente, as pessoas precisam ser capazes de se identificar com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar” (MOUFFE, 2015, p. 24).

Nos anos 80, Laclau e Mouffe alertaram que, “Em alguns países, esta situação está sendo inteligentemente explorada por demagogos populistas de direita, e o sucesso de gente como Haider e Berlusconi está aí para provar que tal retórica pode atrair uma clientela muito significativa” (2015, p. 47-48). Já em 2018⁷, Mouffe retoma o alerta e constata que a situação é a mesma: “Nos anos 1990, partidos populistas de direita (...) começaram a

⁷ *For a Left Populism* foi escrito em 2018. Para o presente texto, entretanto, utiliza-se a versão traduzida para o português, de 2020.

se apresentar com o objetivo de devolver ao ‘povo’ a voz que lhe tinha sido privada pelas elites” (MOUFFE, 2020, p. 41). E ainda: “eles foram capazes de traduzir, em um vocabulário nacionalista, as demandas dos setores populares que se sentiam excluídos do consenso dominante” (MOUFFE, 2020, p. 41).

Longe de eliminar as paixões e de relegá-las à esfera privada, a política democrática deve mobilizar os afetos e paixões e colocá-los em cena de acordo com os dispositivos agonísticos que favorecem o respeito ao pluralismo. É dizer, “É preciso criar instituições que permitam a transformação do antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 1999, p. 13).

Em síntese, além de buscar desconstruir alguns elementos das teorias liberais, Mouffe faz uma prescrição: é preciso transformar o antagonismo em agonismo, isto é, neutralizar o antagonismo por meio de “dispositivos agonísticos” ou “canais políticos legítimos” que respeitem o pluralismo e a institucionalidade. Na sequência, pretende-se analisar melhor essa proposta normativa de Mouffe.

3. A questão do conflito: uma democracia não tão radical assim ou como transformar inimigos em adversários?

A proposta de democracia radical de Chantal Mouffe é muito relevante. Entre outros aspectos, reconhece a importância das paixões e do conflito no âmbito da política e representa um avanço importante entre teorias pluralistas da democracia. Além disso, “ao questionar alguns dos pontos-chaves da democracia liberal, esta matriz pode se constituir em uma alternativa à crise deste mesmo ideal” (KOZICKI, 2000, p. 142). De fato, o potencial crítico do projeto de Mouffe desafia elementos centrais de teorias liberais, como as de Schumpeter, Kelsen, Dworkin, Habermas e Rawls. A autora também acerta quando busca

aprofundar o pluralismo e entendê-lo com um valor fundamental para as democracias contemporâneas – e não como um problema a se lidar.

Mouffe ainda propõe questões importantes quando se coloca entre a modernidade e a pós-modernidade. A autora pretende resgatar e aprofundar o projeto político da modernidade, fundado na democracia e nos ideais de liberdade e igualdade, mas também busca afastar alguns aspectos do projeto epistemológico da modernidade, como racionalismo, individualismo e universalismo (MOUFFE, 1993, p. 10-21)⁸. De outro lado, a autora parece simpatizar com elementos da crítica pós-moderna, como psicanálise, hermenêutica pós-heideggeriana e filosofia da linguagem de Wittgenstein (MOUFFE, 1993, p. 10-21): “longe de encarar o desenvolvimento de uma filosofia pós-moderna como uma ameaça, a democracia radical acolhe-a como instrumento indispensável à realização dos seus objetivos” (MOUFFE, 1993, p. 21).

No entanto, cabe discutir criticamente um dos últimos aspectos trazidos no item anterior: Mouffe assevera que é preciso existir um consenso quanto às regras do jogo a partir da incorporação de valores como liberdade e igualdade. Ela sustenta que é necessário *domesticar* ou neutralizar o antagonismo das relações sociais por meio de instituições democráticas. O antagonismo deve se transformar em agonismo; a relação entre inimigos deve se transformar em uma relação entre adversários. Em suma, ela propõe que é necessário criar canais políticos legítimos ou dispositivos agonísticos.

⁸ Embora aprofunde essa questão no primeiro capítulo, desde a introdução de *The Return of the Political* a autora insiste que “a fim de radicalizarmos a ideia de pluralismo, de forma a transformá-lo num meio de aprofundamento da revolução democrática, temos de romper com o racionalismo, o individualismo e o universalismo” (MOUFFE, 1993, p. 7). No entanto, ela pondera que “Isso não implica a rejeição de qualquer ideia de racionalidade, individualidade ou universalidade, mas afirma que elas são necessariamente plurais, racionalmente construídas e comprometidas com relações de poder” (MOUFFE, 1993, p. 7).

Nesse ponto, o breve texto que ora se apresenta poderia tomar dois rumos, entre tantos outros: uma primeira possibilidade consiste em colocar em questão os próprios fundamentos teóricos da proposta mouffiana. Por exemplo, esse consenso mínimo ou vínculo comum entre as partes, pressupostos por Mouffe, não dizem muita coisa, de fato. De acordo com o referencial teórico schmittiano, que a própria autora adotou, há que se concluir que o antagonismo e o conflito também estão na base das instituições democráticas liberais. Se há antagonismo na base do sistema e das instituições políticas, parece contraditório sustentar que essas instituições transformariam o antagonismo em agonismo. Pode-se dizer até que Mouffe acaba voltando ao “idealismo” e à abstração que ela mesma critica, caso de autores como Rawls, Habermas e Dworkin⁹.

É como pensa Miguel (2017). Entre outros aspectos, ao defender uma “democracia agonística”, em que se enfrentam adversários, mas não inimigos, “Mouffe acaba por reproduzir em outro nível o dilema que propunha superar” (MIGUEL, 2017, p. 9). O autor explica: “ou se postula a existência de mecanismos de produção de consenso sobre os limites legítimos da disputa agonística, solução que ela recusa, ou a disputa sobre tais limites toma a forma de um conflito ‘antagonístico’” (MIGUEL, 2017, p. 9). O autor entende que qualquer tentativa de domesticar o conflito político fica sujeita a esse dilema.

Miguel considera que “a crítica de Mouffe às visões consensuais da política (ou do político) e da democracia fica no meio do caminho pela ausência de um elemento: a dominação” (MIGUEL, 2017, p. 33). Para o autor, o antagonismo político é uma manifestação de resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade. Por isso, a dominação ou sublimação do antagonismo, nos termos da proposta de Mouffe, “significa

⁹ Não faz parte dos objetivos desse trabalho analisar as complexas críticas que Mouffe endereça a esses autores, as quais perpassam toda a sua obra.

a acomodação com esses padrões” (MIGUEL, 2017, p. 33). Quer dizer, a democracia radical não parece tão radical assim.

Considerada a dominação, o consenso mínimo quanto aos valores ético-políticos liberais também parece inconcebível, porque “está sujeito às mesmas formas de manipulação e de produção de preferências adaptativas, comuns às interações entre desiguais, que afetam outras modalidades de consenso” (MIGUEL, 2017, p. 33). Miguel considera o consenso mínimo exigido por Mouffe não está “muito distante da leitura liberal convencional, de defesa das regras do jogo (Bobbio, 1996 [1984])”.

De fato, Bobbio defende “as regras do jogo” desde o subtítulo de *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Inclusive, ao comparar a democracia dos antigos com a dos modernos, Bobbio compreende o dissenso não como um problema, mas como uma condição de possibilidade para a democracia:

O pluralismo enfim nos permite apreender uma característica fundamental da democracia dos modernos em comparação com a democracia dos antigos: a liberdade – melhor: a liceidade – do dissenso. Esta característica fundamental da democracia dos modernos baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecidos pelas chamadas regras do jogo), não é destruidor da democracia, mas estimulante, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer (BOBBIO, 2020, p. 100).

Na mesma linha, Mouffe considera que a democracia antiga e a moderna são diferentes não por uma questão de tamanho, mas de natureza: “A diferença crucial reside na aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia liberal moderna” (MOUFFE, 2000, p. 18). No entanto, Bobbio também esclarece que a democracia não é definida apenas pelo dissenso: “não quero dizer que a democracia seja um sistema baseado no dissenso e não no consenso. Quero dizer que, num regime que se apoia no consenso não imposto de

cima para baixo, alguma forma de dissenso é inevitável” (BOBBIO, 2020, p. 102). E ainda: “apenas onde o dissenso é livre para se manifestar o consenso é real, e que apenas onde o consenso é real o sistema pode proclamar-se com justeza democrático” (BOBBIO, 2020, p. 102-103)

Assim, Miguel defende a rejeição da proposta de democracia radical de Chantal Mouffe, porque, além de todas as críticas apontadas, o agonismo não é capaz de lidar com o antagonismo entre dominantes e dominados. Esse antagonismo “pode se expressar ou pode ser escamoteado, mas não há fórmula teórica que o faça ser transcendido” (MIGUEL, 2017, p. 39). Dentro dessa perspectiva, a partir do momento em que Mouffe se compromete com os pressupostos teóricos schmittianos, a sua proposta parece insuficiente para transformar o antagonismo em agonismo.

No entanto, uma segunda possibilidade de análise consiste em reconhecer que, embora possa haver lacunas normativas, a proposta teórica de Mouffe se mantém. É o que se pretende fazer. Nessa linha, Mendonça considera que a alternativa agonista de Mouffe é muito relevante, mas, até o momento, insatisfatória. Segundo ele, trata-se somente um princípio de ação e não de um modelo teórico político estruturado como os de Rawls e Habermas (MENDONÇA, 2010).

Quando sustenta que a liberdade e a igualdade devem ser a base da homogeneidade que a igualdade democrática requer, ainda que destaque que não há interpretação “correta” sobre o que esses princípios significam, Mouffe deixa uma lacuna sobre o conteúdo de tais princípios. O projeto teórico gira em torno da canalização institucional do conflito político, mas a autora não explica como se daria a relação institucional entre vozes adversariais e não antagonistas. E essa é a questão central da proposta teórica, considerando que a autora afirma que “o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 2000, p. 103).

Segundo Mendonça, Mouffe propõe o pluralismo agonístico desde o livro *O paradoxo democrático*, mas “não avança muito além do que ela própria chama de transformar as relações antagônicas em agônicas num contexto político democrático sempre dominado pelas questões de poder e de antagonismo” (MENDONÇA, 2020). Para o autor, trata-se de um modelo incompleto, porque não esclarece como pretende criar ou mesmo aumentar espaços agonísticos; como tratar os excluídos da arena agonística num sistema democrático, tendo em vista que a dimensão do político sempre prevê exclusões; e como aumentar o nível de participação e de inclusão de identidades a partir do modelo agonístico. Esses são alguns exemplos de possíveis lacunas (MENDONÇA, 2010). Mendonça conclui que a proposta enunciada por Mouffe abre várias possibilidades para se pensar a democracia contemporânea, mas que “é preciso pensar instituições ou práticas políticas efetivas que façam valer o princípio agônico” (MENDONÇA, 2010).

Considera-se que essa perspectiva crítica não requer mais do que a filosofia e a teoria política possam oferecer. Pelo contrário, aponta-se que há lacunas normativas na proposta de democracia agonística, sobretudo quanto ao seu ponto central, a necessidade de neutralizar institucionalmente os antagonismos. Conforme explica Waldron, tendo em vista que há escolhas a fazer sobre as instituições e processos, também é possível estudar essas questões a partir da filosofia e de uma perspectiva normativa (WALDRON, 2016, p. 8).

Assim, na sequência, pretende-se elaborar uma tentativa de preencher algumas das lacunas deixadas por Mouffe, até o momento, a partir de contribuições de Jeremy Waldron. Entre outros aspectos, objetiva-se reunir elementos normativos do trabalho de Waldron para tentar responder à questão que se coloca no título desse subcapítulo: como transformar inimigos em adversários? Ou: como transformar antagonismos em agonismos?

4. Transformando antagonismos em agonismos: de Elias Canetti à Jeremy Waldron.

Na introdução de *The Returnal of the Political*, Mouffe reitera que, como não é possível eliminar os antagonismos, é preciso “dar-lhes uma saída política dentro de um sistema democrático pluralista” (MOUFFE, 1993, p. 5). Ela menciona Elias Canetti¹⁰, para quem o sistema parlamentar “deve ser concebido como uma luta em que os partidos em conflito renunciam a matar uns aos outros e aceitam o veredicto da maioria sobre quem venceu” (MOUFFE, 1993, p. 5). Mouffe explica que, segundo Canetti, o voto efetivo é decisivo e é “tudo o que resta do confronto letal original e se desenrola de muitas formas, com ameaças, abusos e provocações físicas que podem levar a golpes ou mísseis” (MOUFFE, 1993, p. 5). Para Canetti, ainda sob a leitura de Mouffe, “a contagem dos votos encerra a batalha” (MOUFFE, 1993, p. 5).

Em *On the Political*, publicado mais de uma década depois, a autora volta a trazer o mesmo exemplo de Canetti para ilustrar como se daria a domesticação do antagonismo na sociedade (MOUFFE, 2015, p. 20-24). O exemplo do poder legislativo é interessante porque pode ser interpretado como um dispositivo agonístico, nos termos da proposta da autora: inimigos, sob uma relação regulada, tornam-se adversários e disputam para que seus interesses e paixões prevaleçam. Esses adversários não entrarão necessariamente em consenso ou apelarão para o “convencimento racional”: eles sabem que podem perder ou ganhar em cada disputa. Porém, o resultado e, assim, também a derrota, são temporários e observam as regras do jogo. Nas palavras de Mendonça, nesse caso “há sempre a

¹⁰ Destaca-se que Mouffe também escolheu uma fala de Canetti para a epígrafe dessa introdução (edição em inglês).

possibilidade de uma nova disputa, de uma virada no jogo e isso é o que dá legitimidade ao sistema parlamentar” (MENDONÇA, 2010).

Embora o caso de Canetti dê indícios do que Mouffe espera de uma relação agonística no âmbito das instituições democráticas, trata-se apenas de um exemplo. Segundo a autora “Esse é um excelente exemplo de como é possível transformar inimigos em adversários e, nesse caso, percebemos claramente como, graças às instituições democráticas, conflitos podem ser encenados de uma forma que não é antagonista, mas agonística” (MOUFFE, 2015, p. 21). O problema é que a autora não apresenta justificativas sobre como seria essa relação agonística, nos termos colocados por Mendonça (2010). Na sequência, argumenta-se que o projeto de Jeremy Waldron pode trazer contribuições para delinear melhor como se daria a transformação de inimigos em adversários no bojo das instituições democráticas, sobretudo no que diz respeito ao Parlamento.

Logo na introdução de *Law and Disagreement*, Waldron pontua que há pelo menos duas tarefas para a filosofia política contemporânea. Primeiro, teorizar sobre justiça (direitos e bem comum). Segundo, teorizar sobre política (teorias da autoridade e teorias da democracia). O autor não desmerece a primeira tarefa, mas pretende “insistir na importância do segundo tipo de teoria como uma agenda diferente para a filosofia política” (WALDRON, 1999, p. 3). Em suma, Waldron considera que os filósofos devem passar mais tempo com teorias da autoridade e da democracia do que com teorias da justiça (WALDRON, 1999, p. 3).

Em *Political Political Theory*, livro bem mais recente, de 2016, o autor insiste nesse ponto: Waldron assevera que, desde a publicação de *A Theory of Justice*, por John Rawls, a maior parte dos teóricos se voltaram à discussão sobre os objetivos e políticas de uma boa sociedade e da estrutura básica de sua economia política, deixando de lado questões sobre processo político, instituições políticas e estruturas políticas (WALDRON, 2016, p. 3).

Como visto, desde *Law and Disagreement* o autor se preocupa mais com teorias da autoridade e da democracia do que com teorias da justiça. Nesse livro mais atual, essa preocupação não mudou. Na verdade, Waldron aprofunda e sistematiza muitos aspectos teóricos importantes que podem contribuir com a proposta da democracia agonística.

Waldron não cita o trabalho de Mouffe e tampouco essa autora menciona o constitucionalista neozelandês em seus textos. Porém, considera-se que é possível construir um diálogo entre os autores. A proposta teórica de Mouffe foi apresentada nos dois itens anteriores desse trabalho. Sobre Waldron, Consani explica que o autor “assume a existência do desacordo a respeito de direitos nas sociedades complexas, desacordo este considerado não passível de conciliação ou consenso, e que só pode ser resolvido por meio do uso da premissa majoritária” (CONSANI, 2014a).

Em suma, sem entrar aqui na complexa crítica endereçada ao *judicial review* “em sentido forte”¹¹, Waldron considera que o Poder Legislativo é “o local mais adequado para a discussão de direitos em desacordo (sejam esses direitos relacionados a procedimentos democráticos ou aos denominados direitos fundamentais - vida, liberdade, propriedade, privacidade e derivados)” (CONSANI, 2014a). É o povo, ou seus representantes, que devem decidir a respeito de questões políticas mais sérias e substanciais sobre as quais não há consenso. As decisões devem considerar as “circunstâncias da política”, isto é, “a existência de desacordo e a necessidade de, apesar do desacordo, estabelecer uma estrutura comum.” (WALDRON, 1999, p. 212).

De fato, algum acordo é necessário, ainda que seja temporário. Nas palavras do autor: “a necessidade de acordo não faz o desacordo evaporar; em vez disso, significa que os acordos devem ser firmados no calor do desacordo e não em uma base que deseja que o desacordo seja afastado” (WALDRON, 2016, p. 159). E ainda, esse acordo não é uma

¹¹ Para tanto, ver, por exemplo: Waldron, 2006; Consani, 2014b.

“conclusão final sobre qual das posições rivais é correta, mas determina qual posição tem, naquele momento, o maior apoio entre os membros” (WALDRON, 2016, p. 23). Waldron considera que as pessoas discordam, principalmente, porque as questões enfrentadas são difíceis. Segundo ele, “mesmo com a melhor vontade do mundo, com nosso pensamento focado de forma resoluta e honesta no bem comum” (WALDRON, 2016, p. 93-94), somos levados a posições diferentes sobre cada questão do que devemos fazer juntos. Veja-se que o autor não espera consenso e tampouco que as pessoas concordem a partir de uma deliberação racional.

Essa descrição mais geral da proposta de Waldron revela afinidade com os pressupostos teóricos adotados por Mouffe: o desacordo é reconhecido e não há um propósito de, ainda que em tese, conciliá-los. Segundo Consani, “o reconhecimento da existência das circunstâncias da política implica também a assunção de que é o desacordo, isto é, o conflito de posições e opiniões, a principal característica da política nas sociedades plurais” (CONSANI, 2014a). E ainda: “O desacordo é o fio condutor para a análise dos conceitos de *constituição, povo e democracia*” (CONSANI, 2014a). Por fim, as regras do jogo ficam estabelecidas: a premissa majoritária resolve temporariamente cada questão posta em discussão.

Além desses aspectos mais gerais, considera-se que Waldron oferece uma proposta mais concreta sobre como as comunidades devem agir diante de desacordos e conflitos. Arrisca-se afirmar que quando elabora uma série de “princípios de legislação”, o autor contribui normativamente para estruturar um possível conteúdo dos dispositivos agonísticos que são enunciados, mas não muito elaborados, por Mouffe. Em outras palavras, considera-se que o trabalho de Waldron traz elementos essenciais para a consecução da tarefa de transformar antagonismos em agonismos, inimigos em adversários.

Waldron explica que “Exatamente porque discordamos em nossos objetivos éticos e políticos, precisamos indagar sobre as estruturas que devem abrigar e refinar nossas disputas e os processos que devem regular a maneira como as resolvemos” (WALDRON, 2016, p. 5-6). Assim como Mouffe, ele acredita que, ainda que de forma temporária, os conflitos devem ser resolvidos no plano institucional – e não fora das instituições: “Precisamos de instituições para enquadrar as difíceis escolhas e tomadas de decisão que nossos desacordos dão origem” (WALDRON, 2016, p. 7). Lembre-se que Mouffe defende que o objetivo da política é transformar o antagonismo em agonismo por meio de instituições democráticas.

Ainda, ao elaborar o “princípio do respeito pelo desacordo” e o “princípio da oposição leal” (*The principle of respect for disagreement* e *The principle of loyal opposition*), o autor destaca a necessidade de tratar com respeito quem pensa de forma diferente, o que pode se aproximar da democracia adversarial de Mouffe: “precisamos encontrar maneiras de respeitar uns aos outros em nossa política no ambiente que essas instituições oferecem” (WALDRON, 2016, p. 7).

Em uma linha parecida com a de Canetti, Waldron pontua que, quando se trata de política, grupos de pessoas lutam para que as posições que defendem “sejam implementadas como política e legislação, em vez das posições que outras pessoas defendem” (WALDRON, 2016, p. 95). Assim, o aludido princípio do respeito pelo desacordo “visa combater a tendência de inventar o consenso artificialmente” (WALDRON, 2016, p. 159).

Segundo Waldron, esse princípio considera que as legislaturas são instituições criadas para permitir que “pontos de vista rivais se confrontem no debate, de modo que todos os envolvidos na legislação ouçam tudo o que deve ser dito contra, bem como tudo o que deve ser dito a favor de, as propostas legislativas que têm diante de si” (WALDRON,

2016, p. 159). Essa concepção não fica muito distante do “confronto agonístico” proposto por Mouffe.

E quanto aos perdedores? O autor responde: “os perdedores têm que conviver com políticas que não apoiam, e essas políticas serão implementadas entre e na presença de muitas pessoas que se opõem a eles” (WALDRON, 2016, p. 95). Sobre os “perdedores”, além de ficar por perto e esperar “ter melhor sorte da próxima vez” (WALDRON, 2016, p. 95), o autor considera que, assim como outros cidadãos, eles mantêm “o direito de perseverar em discordâncias vociferantes durante o período de ascensão de seus oponentes” e “continuarão agitando contra as políticas de seus oponentes, em busca de oportunidades para desacreditar a facção que venceu” (WALDRON, 2016, p. 96).

Como visto, Mouffe sustenta que na democracia agonística a categoria de “inimigo” continua a ser pertinente em relação àqueles que não aceitam as “regras do jogo” democrático. Para ela, “esses se excluem a si próprios da comunidade política” (MOUFFE, 1993, p. 4). Essas “regras do jogo” consistiriam num consenso mínimo, em Mouffe. Ao discutir sobre o conteúdo do princípio da oposição leal, Waldron considera inadequado falar em “regras do jogo”, “liberdade e igualdade”, “Constituição”, “nação”, entre outros, porque são conceitos muito abrangentes e, em si mesmos, controvertidos: “aqueles que têm essa visão devem certamente entender que, no mundo real, as pessoas discordam sobre muitas dessas formulações” (WALDRON, 2016, p. 119). Se o desacordo é constitutivo da política, como Mouffe defende, então há desacordo em relação ao próprio conteúdo de “regras do jogo”, por exemplo.

Portanto, Waldron afasta esses conceitos, reconhece a dificuldade de compreender a questão, mas aponta que a oposição leal, seja qual for o conteúdo de “leal”, deve operar “no contexto de pluralidade, no contexto de desacordo razoável sobre praticamente tudo” (WALDRON, 2016, p. 122). Sem dúvida, trata-se de uma base de contestação e, segundo o

autor, “temos que lidar com isso como tal” (WALDRON, 2016, p. 122). Mais importante ainda, a palavra “leal” deve funcionar como uma espécie de admoestação para o partido que está no poder, como uma presunção de legitimidade ou “lealdade” em relação aos seus oponentes (WALDRON, 2016, p. 122): “Eles são considerados leais no sentido de que a perspectiva de se tornarem um governo é constitucional e politicamente concebível e deve ser respeitada como tal, não importa a natureza de seu programa.” (WALDRON, 2016, p. 122). Essa concepção parece se aproximar da ideia de Mouffe, no sentido de que é necessário afastar os moralismos da política (MOUFFE, 2020, p. 45). Embora seja mais complexa, a proposta de Waldron parece também mais coerente do que a de Mouffe, pois admite que há desacordo e, no vocabulário da autora, até “antagonismo”, sobre o próprio conteúdo de “regras do jogo”.

Com efeito, o princípio da “oposição leal”, de Waldron, inspirado no sistema britânico, guarda semelhanças com a proposta adversarial de Mouffe, embora pareça ir além dela: “o ideal de oposição leal vai muito além da liberdade. É uma questão de empoderamento constitucional” (WALDRON, 2016, p. 99). O autor salienta que a oposição leal “não é apenas a ideia negativa de não tratar os oponentes como se fossem inimigos da sociedade” (WALDRON, 2016, p. 105) e que “não é apenas a ideia de legitimar a dissidência ou “liberdade de expressão e o direito de se opor pública e legitimamente às políticas e ações do governo da época” (WALDRON, 2016, p. 105-106). Esses aspectos são relevantes, mas o princípio da oposição leal é também um pré-requisito para a democracia e é reforçado pela ideia de “empoderamento positivo pela criação e patrocínio de um papel oficial reconhecido para a prática de oposição dentro do tecido constitucional” (WALDRON, 2016, p. 106).

De outro lado, o chamado “princípio da deliberação responsiva” (*The principle of responsive deliberation*) também parece relevante para concretizar uma versão agonística da

democracia. Segundo esse princípio, não basta dar voz a pontos de vista conflitantes: “A legislatura é um lugar para debate, não apenas exibição, e como as teorias recentes de ‘democracia deliberativa’ enfatizaram, o debate requer uma abertura para as opiniões dos outros e uma disposição para ser persuadido” (WALDRON, 2016, p. 160). Com isso, o autor não está recorrendo a ideias de consenso racional ou livre convencimento racional. Ele argumenta, apenas, que as opiniões expressas na legislatura devem ser tratadas como opiniões, isto é, estão abertas à elaboração, argumentação, correção e modificação: “não estou dizendo que a opinião política deva ser adequada para que a deliberação funcione. A questão é que as opiniões devem ser sustentadas e defendidas em um espírito de abertura para discussão e consideração” (WALDRON, 2016, p. 160-161).

Além disso, por meio do “princípio da formalidade legislativa” (*The principle of legislative formality*), Waldron assevera que regras de procedimento são necessárias para que os legisladores interajam na mecânica institucional da legislação. Quanto a isso, acredita-se que Mouffe também não apresentaria oposição, tendo em vista que ela concorda até mesmo com Kelsen sobre a necessidade de regras procedimentais: “Kelsen tem razão ao insistir na necessidade de procedimentos que permitam chegar a um acordo em condições em que uma vontade geral única e homogênea não seja possível” (MOUFFE, 1993, p. 129)¹². Segundo Waldron, “a menos que seja estruturada por regras rígidas de ordem, a deliberação está sempre sujeita a cair na futilidade, pois as pessoas se entendem mal, falam umas das outras ou perdem o fio da meada” (WALDRON, 2016, p. 162). Essas regras não se tratam apenas de formalidades, mas “tornam possível precisamente o debate entre a diversidade que valorizamos entre nossos legisladores” (WALDRON, 2016, p. 162-163).

¹² A autora assevera, entretanto, que Kelsen está errado “ao reduzir a democracia a uma mera questão de procedimento” (MOUFFE, 1993, p. 129).

Por fim, cabe salientar que Waldron apresenta outros quatro princípios importantes para a legislação: o “princípio da legislação explícita” (*The principle of explicit lawmaking*), segundo o qual a lei deve ser feita e alterada explicitamente; o “dever de zelar pela legislação” (*The duty to take care when legislating*), considerando a importância do direito, bem como dos interesses e liberdades em jogo; o “princípio da representação” (*The principle of representation*), para o qual a legislação deve ser elaborada a partir da voz de todos e de informações sobre todas as opiniões e interesses importantes da sociedade; e o “princípio da igualdade política” (*The principle of political equality*) e o procedimento de decisão que ele apoia em uma legislatura eletiva, como a regra da maioria, por exemplo. Esses princípios não foram abordados nesse tópico, porque priorizou-se aqueles que dialogam mais diretamente com a proposta agonística de Mouffe.

5. Considerações finais

Mouffe expressa grande entusiasmo a respeito do trabalho de Canetti. Segundo a autora, “Elias Canetti é um dos autores que compreendeu perfeitamente que a tarefa da política democrática era estabelecer relações ‘agonísticas’” (MOUFFE, 2015, p. 20). Canetti parece nunca ter sequer mencionado a expressão “agonística”, embora, na opinião de Mouffe, tenha ilustrado um “excelente exemplo de como é possível transformar inimigos em adversários” (MOUFFE, 2015, p. 21). Em outras palavras, embora a autora não apresente muitas justificativas sobre como se daria a transformação dos antagonismos em agonismos, conforme foi apresentado nas primeira e segunda partes desse trabalho, ao mencionar o caso de Canetti, Mouffe parece dar indícios do que espera das instituições democráticas a esse respeito.

A partir desse “gancho” deixado pela autora, na terceira parte do trabalho empreendeu-se uma tentativa de incluir na discussão um outro autor que também parece ter entendido muito bem o papel essencial do político e dos conflitos/desacordos na democracia: Jeremy Waldron. Considera-se que as relações desenhadas nesse terceiro momento confirmam que tanto Waldron quanto Mouffe compartilham alguns pressupostos teóricos importantes. Os dois reconhecem a existência do desacordo e do conflito, bem como o seu papel fundamental nas democracias contemporâneas. Os dois enfatizam as atribuições do poder legislativo na dinâmica democrática, considerando que se trata da representação do povo. Os dois também argumentam que os conflitos devem ser confrontados no âmbito das instituições democráticas.

Em suma, acredita-se que a proposta de Mouffe alcança mais solidez se considerar as concepções teóricas normativas de Waldron, sobretudo os princípios que ele estabelece para nortear o legislativo, embora esse projeto esteja longe de esgotar as possibilidades de uma democracia agonística. Afinal, quando Mouffe defende a necessidade de criar instituições democráticas que transformem antagonismos em agonismos, ela não parece estar se referindo apenas ao Poder Legislativo, embora adote esse exemplo a partir de Canetti.

E, assim como como Canetti, Waldron nem sequer menciona a expressão “agonística” ou algo parecido em seus trabalhos. No entanto, não deixa de ser instigante notar como há tantas possibilidades de promover diálogos entre autores que talvez não se conheçam, mas que nunca deixaram de pensar sobre as questões mais intrincadas que nos desafiam, como o caso do desacordo/conflito. É claro que ainda há muito a ser dito sobre a democracia agonística, inclusive pela própria autora da proposta. Esse texto teve o propósito de estimular um diálogo entre esses dois autores.

Referências

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: Uma defesa das regras do jogo. 17^a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2020.

CONSANI, Cristina Foroni. A questão do conflito entre democracia e direitos fundamentais na teoria de Jeremy Waldron. **Direitos Fundamentais e democracia II**: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. 5-8 nov. 2014a, João Pessoa – PB. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=124>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CONSANI, Cristina Foroni. A crítica de Jeremy Waldron ao constitucionalismo contemporâneo. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 59, n. 2, p. 143-173, 2014b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/35730/22971>. Acesso em: 5 jul. 2021.

KOZICKI, Katya. **Conflito e estabilização**: comprometendo radicalmente a aplicação do direito com a democracia nas sociedades contemporâneas. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78784/176270.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, 2010. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Zv6xrBmHnvwmsVc8wK3W7Bg/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2017.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. London, New York: Verso, 1993.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London, New York: Verso, 2000.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics**. Thinking the World Politically. London, New York: Verso, 2013 [Epub].

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia literária, 2020.

MOUFFE, Chantal. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Trad. Menelick de Carvalho Neto. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 1, n. 2, 1994. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/353>.

Acesso em: 9 jul. 2021.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Lisboa: Edições 70/Almedina, 2018.

WALDRON, Jeremy. **Law and Disagreement**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999.

WALDRON, Jeremy. **Political Political Theory**. Essays on institutions. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2016.

WALDRON, Jeremy. The Core of the Case Against Judicial Review. **The Yale Law Journal**, 115, 2006, pp. 1346-1406. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5011&context=yjl>.

Acesso em: 5 jul. 2021.